

ASSESSORIA DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE
AÇÕES DIRETAS DE INCONSTITUCIONALIDADE

AUTORIA: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

CONTROLE DE TRAMITAÇÃO

	Nº DO PROCESSO (Incluído relator)	LEI OU ATO NORMATIVO IMPUGNADO E ASSUNTO	<u>TRAMITAÇÃO</u> Última atualização: 01/07/2009
1	2006.0010.6760-5 Rel. Desa. Gizela Nunes da Costa	Lei 827/2006 (Beberibe) Desafetação – área pública – interesse ambiental	Para redistribuição – apto a julgamento
2	2006.0010.6762-1 Rel. Desa. Maria Celeste Thomaz Aragão	Lei 1.182/2002 (Acopiara) Contratação temporária de cargos públicos	Para redistribuição – apto a julgamento
3	2007.0024.6102-0 Rel. Des. Francisco Lincoln Araújo e Silva	Lei Estadual 13.729/2006 Estatuto dos Militares Estaduais do Ceará	Concluso ao relator – apto a julgamento
4	2007.0027.9429-0 Rel. Des. José Arízio Lopes da Costa	Lei 634/2006 (Eusébio) Desafetação de áreas institucionais de loteamento urbano	Concluso ao relator – apto a julgamento
5	2007.0027.9427-4 Rel. Des. Francisco de Assis Filgueira Mendes	Lei 635/2006 (Eusébio) Desafetação de áreas institucionais de loteamento urbano	Vista à PGE
6	2007.0027.9425-8 Rel. Des. Antônio Abelardo Benevides Morais	Lei 636/2006 (Eusébio) Desafetação de áreas institucionais de loteamento urbano	Vista à PGJ
7	2007.0020.1705-7 Rel. Des. Francisco Haroldo Rodrigues de Albuquerque	Lei 621/2007 (Aquiraz) Desafetação – área pública – interesse ambiental	Apto a julgamento
8	2008.0016.0515-8 Rela. Desa. Maria Iracema do Vale Holanda	Decreto Estadual nº 27828/2005 (art. 1º, inciso VIII; e art. 19. Gratuidade – Ensino Público Superior	Apto a julgamento
9	2008.0036.3930-0 Rel. Des. Antônio Abelardo Benevides Morais	Lei 8.503/2000 (Fortaleza) Operação urbana consorciada (Riacho Maceió)	Juntada de documento
10	2008.0035.0157-0 Rela. Desa. Maria Nailde Pinheiro Nogueira	Lei 9.407/2008 (Fortaleza) Desafetação de imóvel público – bem de uso comum do povo	Remessa dos autos para Voto-Vista

